

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da
audição regimental na Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República.**

Assembleia da República, 07 de julho de 2021

Esta audição regimental vem no final da sessão legislativa, e no final de um semestre de grande intensidade de trabalho na Defesa Nacional. Neste semestre, para além de lidarmos trabalharmos condicionados pela pandemia Covid-19, e para além de gerirmos com sucesso a Presidência Portuguesa da União Europeia no âmbito da defesa, tivemos oportunidade, desde a última audição, de registar avanços importantes na modernização estrutural da Defesa nacional, de promover aspetos diversos constantes do Programa do Governo, e de tomar conta da gestão quotidiana das Forças Armadas e da Defesa.

Proponho, como exercício de prestação de contas, falar um pouco de cada um destes temas, antes de me colocar à disposição dos senhores deputados para aprofundar as matérias que entendam por bem suscitar.

Começando por um breve balanço da Presidência do Conselho da União Europeia, diria que apesar da construção da Defesa Europeia não estar no centro das atenções da opinião pública nacional ou europeia, o certo é que pudemos avançar bastante num domínio em que se está a proceder a uma transformação profunda da relevância geoestratégica da Europa.

Não há tempo para abordar tudo aquilo que se fez, mas quero dar sinal público da minha gratidão em relação ao tremendo trabalho das equipas do Ministério da Defesa, em particular a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional em articulação com o meu Gabinete.

No plano mais conceptual coube-nos a responsabilidade de dinamizar a chamada fase de Diálogo Estratégico, com vista à elaboração da Bússola Estratégica. Portugal saiu muito prestigiado por este exercício, a liderança portuguesa nos vários dossiês foi

muito nítida, e a capacidade de interlocução com todos os parceiros da EU, foram amplamente reconhecidos. Soubemos encontrar caminhos novos e evitar a armadilha do mínimo denominador comum.

Apesar da pandemia, foram organizados 24 eventos, maioritariamente públicos, entre reuniões técnicas e políticas, seminários e conferências. Três destes eventos foram de nível ministerial.

Tive oportunidade de apresentar e discutir as prioridades da PPUE no Parlamento Europeu e desenvolvemos uma interação muito intensa com a Agência Europeia de Defesa, com 4 seminários coorganizados, nomeadamente sobre Sustentabilidade Energética, Mobilidade Militar e Tecnologias Disruptivas. Fechámos a Presidência com chave de ouro, com o lançamento do

Fundo Europeu de Defesa em conjunto a Comissão Europeia, algo que será futuramente lembrado como um marco na construção de uma Identidade Europeia de Defesa.

Recebemos, nos Açores, os primeiros quinze parceiros do *Atlantic Centre*, reforçando a posição de Portugal no Atlântico e o interesse da UE neste espaço geográfico de interesse primordial para o nosso país. Tivemos um importante seminário organizado pela idD, sobre Economia de Defesa e abordámos também as questões da participação das mulheres em operações de paz, em linha com a agenda Paz, Mulheres e Segurança, num seminário organizado pelo Gabinete da Igualdade do MDN.

Na reunião informal de Ministros da Defesa da EU em Lisboa no final de maio, tivemos pela primeira vez representantes das organizações regionais africanas para, em conjunto, discutirmos

os desafios partilhados de segurança a Sul, reforçando o papel de Portugal como ponte entre a Europa e África.

Como resultados concretos destacaria:

1. O acordo político para uma nova EUTM Moçambique, matéria muito trabalhada por nós e que teremos oportunidade de discutir em detalhe nesta sede dentro de duas semanas.
2. O lançamento do projeto piloto das Presenças Marítimas Coordenadas no Golfo da Guiné
3. A aprovação no Conselho do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz
4. Entrada em vigor do Fundo Europeu de Defesa
5. Houve também avanços importantes na Parceria UE-África para a Paz e Segurança, na agenda sobre Clima e Defesa, na

relação UE-NATO, no apoio militar a emergências complexas e na Economia Europeia de Defesa.

Concluindo, diria que a Presidência Portuguesa mostrou iniciativa, capacidade e empenho, e que deixa uma Defesa Europeia mais coesa e mais pronta para responder às necessidades imediatas e para desenhar respostas aos desafios de médio e longo-prazo.

A exigente agenda externa deste primeiro semestre, bem como a continuidade da pandemia, não significaram, no entanto, que tivéssemos ignorado a condução e gestão das matérias estrategicamente relevantes para a Defesa nacional. Muito pelo contrário. E também aqui há bons e importantes motivos para nos orgulharmos.

Em primeiro lugar, como bem sabem, a Assembleia da República aprovou, sob proposta do Governo, uma importante Reforma da estrutura superior das Forças Armadas. Não é este o momento para se aprofundar um tema, que de resto conhecem bem, mas quero valorizar o contributo significativo dado por esta Comissão de Defesa Nacional para o debate e para a consolidação da legislação, levando a larguíssimo apoio nesta casa: 83% a favor, 14% contra. Creio que estes números dizem tudo o que seja necessário dizer sobre esta matéria.

A nova LOBOFA e as alterações à Lei de Defesa Nacional reforçam a capacidade de comando e ação das Forças Armadas, numa lógica operacional conjunta, preparando-nos para dar resposta aos desafios atuais e futuros, tal como previsto no Programa de Governo. Trata-se de um passo fundamental para que as nossas Forças Armadas possam continuar o seu caminho de permanente

adaptação às realidades contemporâneas e às novas missões que se avizinham.

Desde a última audição, foi também possível avançar em outras frentes com impacto estratégico de médio prazo. Destacaria três:

1. Aprovação da RCM para aquisição de 6 novos Navios Patrulha Oceânicos, tal como previsto na Lei de Programação Militar, num investimento de mais de 350 milhões de Euros.
 2. RCM de meios aéreos próprios do Estado, no âmbito do DECIR, num total de quase 156 milhões de Euros. Tivemos também a aprovação para a locação de meios aéreos complementares para o DECIR, para o período de 2023 a 2026, num investimento de quase 155 milhões de Euros.
- Estamos mais bem preparados para dar resposta às

necessidades deste ano e às necessidades dos próximos anos.

3. E a publicação do Decreto-Lei que concretiza a criação do Laboratório Nacional do Medicamento, em fevereiro, e início dos trabalhos de transformação do atual Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos na nova estrutura, em linha com os objetivos políticos traçados. Foi também assegurando o seu financiamento através da transferência de 2,5M€ para investimentos necessários à criação do LNM, e a transferência de 3,8M€ destinadas ao pagamento de despesas relativas ao fornecimento de produtos de apoio aos deficientes militares.

Por fim, gostaria de sublinhar duas áreas centrais no Programa de Governo, onde as reformas que estamos a implementar desde o

final da legislatura anterior e durante a atual, começam a dar frutos e onde foi possível registar avanços importantes.

No plano da Economia de Defesa, quero saudar os bons resultados que Portugal alcançou no Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial de Defesa (PEDID), o programa precursor do Fundo Europeu de Defesa, tendo ficado em 6º lugar no número global de candidaturas aprovadas. Temos 18 empresas portuguesas a participar em projetos aprovados. Estes resultados só são possíveis devido à profunda reestruturação deste setor que iniciámos e que visava garantir um contributo real da economia de defesa para a economia nacional, e ao mesmo tempo trazer competências para o nosso país. Em simultâneo, este resultado abre perspetivas muito interessantes para a participação portuguesa no Fundo Europeu de Defesa. Estamos no caminho certo.

Esse caminho muito positivo é também visível nas perspetivas de crescimento da OGMA, tanto em termos de investimento (74 MEURO), como em termos de geração de valor, e na criação de empregos qualificados através de projetos novos, reforçando o trabalho já em curso com a EMBRAER para a construção do novo KC-390.

Ou ainda na Arsenal do Alfeite. Não vos escondo que existe ainda um hiato entre a atualidade e as legítimas ambições para o rejuvenescimento do Alfeite, mas vale a pena referir alguns avanços que são importantes.

Primeiro a estabilização financeira que foi possível fazer para 2021 e que permite planear o futuro e não esgotar as energias no plano do curtíssimo prazo.

Segundo, a criação da Academia da Arsenal do Alfeite, uma ambição antiga que agora se concretiza, iniciando-se com um projeto piloto já em outubro deste ano, através de um consórcio envolvendo empresas e instituições de ensino superior. O financiamento, na ordem de 2 milhões de euros, vem do PRR.

Há ainda, a constituição, pela primeira vez apesar de estar previsto desde 2009, da Comissão de Auditoria de Preços, cujo trabalho vai permitir finalmente assegurar o reequilíbrio financeiro de médio-longo prazo da Arsenal. Estamos também muito confiantes que a curto prazo seja possível assinar o contrato entre a Marinha de Marrocos e a Arsenal, num contrato importante que diversificará os clientes da Arsenal.

Em suma: o caminho faz-se caminhando, e aquilo que posso hoje dizer é que houve progressos importantes neste primeiro semestre; outros virão no segundo.

Ainda no âmbito do PRR, devo realçar que através de um investimento na ordem de 110M€ com a construção de uma plataforma polivalente vocacionada para a logística, a ciência e para a defesa do ambiente, a Defesa Nacional irá contribuir para a consolidação de uma economia do mar mais competitiva, mas também para a “Saúde dos Oceanos”, e para a capacidade operacional, formativa e científica do nosso país.

Não posso também deixar de referir os avanços importantes na concretização dos direitos previstos no Estatuto do Antigo Combatente, matéria que a Senhora Secretária de Estado poderá detalhar em pormenor.

E sublinho os elementos positivos que resultam, quer dos números da interação com o portal do recrutamento, quer dos

dados do inquérito à população, que será apresentado esta tarde no Instituto da Defesa Nacional. Neste relatório fica evidente que os portugueses e as portuguesas conhecem hoje melhor a defesa nacional; e que quem conhece mais tem mais abertura à possibilidade de uma carreira nas Forças Armadas, e entende melhor a necessidade de investimento nesta área de soberania. As melhorias que sentimos em termos de recrutamento estão diretamente associadas a esta realidade.

No IASFA, temos uma gestão mais cuidada do património imobiliário e uma estabilidade gradual desta importante instituição, centrada no importante objetivo de garantir a sua sustentabilidade financeira. Estamos a meio de um trabalho importante de recuperação do património degradado do IASFA. Em 2020 foi possível colocar 55 famílias militares em fogos

previamente devolutos. Este ano, até agora, foram mais 63, e abrirá no outono um novo concurso.

Na saúde militar, destaco um processo de reforma coerente que temos em curso há três anos e que iremos prosseguir até termos uma capacidade concreta de resposta conjunta às necessidades das nossas Forças Armadas.

Finalmente, não poderia concluir esta intervenção sem referir o importante e constante contributo que as Forças Armadas continuam a prestar no combate à COVID-19, nestas semanas mais recentes na vacinação, como aliás ficou visível recentemente nos Açores, mas também em Lisboa ou em Odemira. E, sobretudo, no apoio ao Vice-Almirante Gouveia e Melo, cujo trabalho notável está alicerçado não só em décadas de formação militar, como também no apoio de um Estado-Maior que se caracteriza por

rigor, seriedade, abnegação e disponibilidade para servir a causa pública 24 horas por dia. Os portugueses sabem que para cada novo desafio que a pandemia nos lança, podem contar com as Forças Armadas.

Muito obrigado.